

Brasil convive há seis anos com fila de mais de 10 milhões de desempregados

Há seis anos fila do desemprego passa de 10 milhões de pessoas

Montante foi atingido em 2016. Hoje, 11,9 milhões de brasileiros, mais do que a população do RS, buscam vaga no mercado

RAFAEL VIGNA

rafael.vigna@zerohora.com.br

A estabilidade da taxa de desocupação no país, em 11,1%, e em quase todos os Estados nos primeiros três meses do ano, reforça a persistência de um cenário desanimador enfrentado pelos brasileiros há exatos seis anos: a convivência com altos níveis de desemprego. Agora, são 11,9 milhões de pessoas fora do mercado de trabalho, o que equivale a pouco mais da totalidade da população do Rio Grande do Sul.

Os dados coletados entre janeiro e março de 2022 pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados na sexta-feira, não demonstram, na avaliação de muitos especialistas, a estabilidade dos saldos de vagas em território nacional ou a volta aos patamares pré-pandemia. Pelo contrário, apontam, sim, para a permanência de um quadro de estagnação que impede a acomodação de mais de 10 milhões de pessoas no mercado de trabalho e amplia os efeitos da retração para a economia.

Esse é o contingente de cidadãos que vive às margens do emprego no Brasil desde o primeiro trimestre de 2016. E, mesmo com algumas oscilações nas últimas amostragens do ano passado, de acordo com o coordenador da PNAD/IBGE no RS, Walter Rodrigues, chegar ao nível anterior ao da pandemia, em 2019, não pode "ser considerado um grande feito". Ele justifica a afirmação pela correlação estreita entre desemprego e produção:

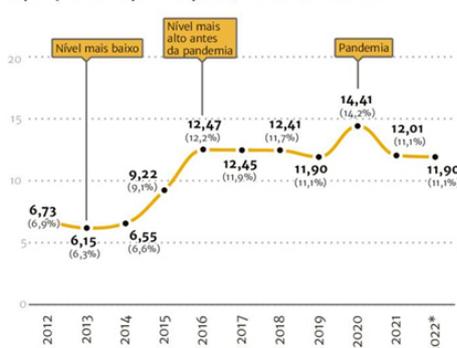
– Vivemos um ciclo negativo: se a situação está ruim nos empregos, a população tem menos poder aquisitivo. Isso faz com que a economia não cresça. Uma economia que não cresce não contrata e ingressa-se num processo de retroalimentação desse mesmo ciclo.

Em meio ao espiral de problemas, Rodrigues destaca um fenômeno que também é bastante típico do Rio Grande do Sul. Trata-se da escalada de postos gerados na subcategoria dos trabalhadores

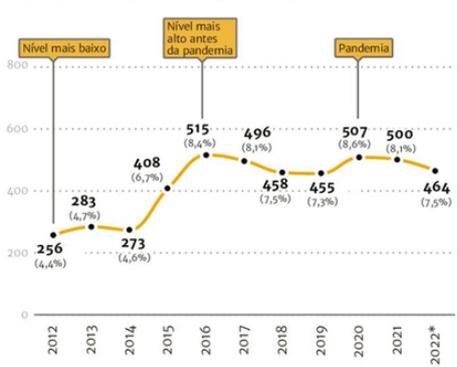
Os números

O HISTÓRICO DO DESEMPREGO

População desocupada no país (4º trimestre) – em milhões



População desocupada no RS (4º trimestre) – em milhares



*1º trimestre de 2022

Fonte: OIT e IBGE

por conta própria, ou os informais. Segundo ele, percebe-se, a partir de 2021, uma recuperação, "que inicialmente poderia parecer positiva", mas foi centralizada nesses grupos, isto é, os que recebem as piores remunerações.

Entre as causas, ele aponta a rápida saída do mercado de trabalho das pessoas que ganhavam menos, na pandemia. E acrescenta: rendimentos médios experimentaram elevação por período restrito, "pois os que recebiam menos deixaram de puxar a média salarial para baixo". A partir do ano passado, diz Rodrigues, a curva inverteu. Informais retornaram e, outra vez, achataram os cálculos salariais. Esse é um dos fatores que levaram o rendimento médio apurado, de janeiro a março, ao patamar de R\$ 2.548. Apesar do aumento de 1,5% em relação ao último trimestre de 2021 (R\$ 2.510), a cifra é 8,7% inferior à registrada em igual período do ano passado (R\$ 2.789).

Subsídios para empresas e investimento em educação

Economista e professor da Escola de Negócios da PUCRS, Ely José Mattos afirma que possíveis soluções passam por duas agendas, uma de "curtíssimo prazo", e outra de "longa duração". A primeira, argumenta, é formada por medidas de incentivo direto, como auxílios, subsídios para empresas e financiamentos facilitados em determinados setores que mais contratam.

Para garantir empregos, diz Mattos, é preciso ampliar o horizonte e não há alternativa que não passe pelo Ensino Básico. Segundo ele, o desequilíbrio educacional traz na bagagem a baixa mobilidade social. E aponta que algumas melhorias, obtidas na comparação com as décadas de 1980 e de 1990, foram alcançadas, mas entram em declive. Nesse aspecto, acrescenta, um dos trunfos seria o Programa Universidade para Todos (Prouni), criado pelo governo federal em 2004 para conceder bolsas de estudo em graduação e cursos sequenciais.

– Quando filhos de pessoas que não têm Ensino Superior obtêm a graduação, ocorre a

mobilidade social, porque essas pessoas trocam de patamar. São medidas de longo prazo. E é preciso entender que precisamos corrigir algo que levará, no mínimo, uma geração – considera.

No que tange aos Estados e municípios, diz o economista, sobram as ações mais pontuais. Em Porto Alegre, por exemplo, que possui Sistema S fortalecido (conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas ao treinamento profissional), é possível ampliar capacitações, que tendem a funcionar, segundo ele, porque são localizadas, de fácil absorção, porém com alcance limitado:

– Não há como revolucionar a partir do Estado, ainda que haja a responsabilidade sobre a educação de base. Mas sem a atribuição de fazer política monetária e cambial, sobra só um pouco de política fiscal e orçamento limitadíssimo para implementar medidas duradouras. Para voltar a um patamar menos cruel, de 6 milhões de desempregados, como em 2012, não tem jeito, deve haver um movimento nacional.

– Quando filhos de pessoas que não têm Ensino Superior obtêm a graduação, ocorre a

Histórico

• No Brasil, puxada pela informalidade, a taxa de desocupação (percentual de pessoas da força de trabalho que estão desempregadas) apurada no primeiro trimestre deste ano já é igual ao nível pré-pandemia (também 11,1%), depois de ter atingido o pico de 14,9% entre o terceiro trimestre de 2020 e o primeiro de 2021. Ainda assim, está distante dos 6,3% registrados no quarto trimestre de 2013, quando o desemprego alcançou o menor nível da série histórica na PNAD Contínua.

• No RS, a trajetória decrescente, pós-covid-19, começa no primeiro trimestre de 2021, quando a taxa saiu de 9,5% para 8,9%, até bater em 7,5%, nos três meses iniciais de 2022. O desemprego é pouco superior aos 7,3% exibidos no ano

anterior ao da pandemia. Por outro lado, está bastante acima do menor patamar, de 4,4%, nos três meses finais de 2012.

• Em números absolutos, no Brasil, na comparação entre o quarto trimestre de 2012 e o primeiro de 2022, a população desocupada quase dobrou – de 6,7 milhões para quase 12 milhões (78,5%). Significa que um contingente de 5,2 milhões de brasileiros foram alçados às indigestas estatísticas do IBGE e por lá permanecem há seis anos.

• Ainda assim, o RS tem uma das menores taxas de desocupação entre unidades da federação: 7,5%



Necessidade de qualificação e críticas à reforma trabalhista

Com saldo de 8,9 mil vagas criadas em 12 meses, até março deste ano, a indústria puxa as contratações no Rio Grande do Sul (*quadro abaixo*). Ao contrário do que ocorre com a agricultura e a pecuária, que atuam em igual período com retração de 2,8 mil postos de trabalho no Estado, conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o chamado setor secundário teria potencial para absorver um contingente maior de gaúchos.

E o que aponta o diretor regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai-RS), Carlos Trein, ao identificar a falta de qualificação como um dos problemas do atual mercado de trabalho.

Segundo ele, o segmento, que enfrentou a sua maior recessão na história entre 2018 (antes da pandemia) e 2020 (no auge das medidas restritivas contra a covid-19), voltou a contratar com força, mas esbarra na falta de mão de obra com formação adequada.

A má notícia é que o cenário, diz Trein, pode ser agravado. Isso porque a indústria 4.0 (automação das fábricas) demandará mudanças no perfil das atividades. De acordo com o relatório Future of Jobs (futuro dos empregos), do Fórum Econômico Mundial, 75 milhões de vagas, hoje manuais, deixarão de ser preenchidas por humanos. A boa notícia é que outros 133 milhões serão criadas (saldo de 58 milhões), porém, exigirão mais qualificação.

Nesse aspecto, o diretor de educação da Federação das Entidades Empresariais do RS (Federasul), Fernando de Paula, apresenta balanço dos efeitos da pandemia para escolas profissionalizantes gaúchas. De 9 mil estabelecimentos privados do tipo, em 2019, restaram 4 mil ativos. A redução de 55% indica a falta de incentivos e convênios capazes de amenizar a situação, comenta de Paula.

O economista e professor da Escola de Negócios da PUCRS, Ely José Mattos, sustenta a premissa.

Afirma que o Brasil é "claramente" um país com qualificação baixa. E acrescenta: isso significa que os trabalhadores brasileiros são pouco produtivos e, por mais que se esforcem, por 8h ou 9h diárias, o valor que geram na economia tende a ser menor do que em países onde a educação é mais valorizada.

Contratos

O economista e professor da UFRGS Cássio Calvete discorda que o panorama atual passe pela formação da mão de obra. Calvete atribui parte das taxas elevadas de desemprego e dos baixos rendimentos médios à reforma trabalhista de 2017. Segundo o economista, ao instituir cinco novos vínculos de trabalho (teletrabalho, contrato intermitente, autônomo exclusivo, terceirização e tempo parcial), a legislação sinalizou "a trilha para a precarização" e pressionou para baixa remuneração.

A promessa não efetivada de criar 2 milhões de novas vagas com a reforma, diz o professor, em nada se relaciona com efeitos da pandemia. Ele identifica sobreposição de dois fatores de ordens macro e microeconômicas. Na micro, alega Calvete, a redução de custo de mão obra associada à legislação deveria proporcionar ambiente para criação de empregos. Porém, na macro, a diminuição do poder de compra age como novo freio para gerar postos de trabalho.

Foram instituídos dois vetores.

O primeiro gera emprego. O segundo, desemprego. O predomínio de um sobre o outro dependeria de série de fatores, como expectativas e produtividade da economia. A julgar pelos dados, não prevaleceu aquele que geraria empregos e, de quebra, contrariando a lógica, ainda temos a inflação que não para de subir. Em outras palavras, há um fator real dessa precarização que é a diminuição da remuneração dos trabalhadores. E isso nunca ajudará qualquer processo de retomada da economia – avalia.



Cena registrada na Avenida Independência, em Porto Alegre, no final de abril deste ano

Quadro amplia desigualdade

A permanência dos altos índices de desemprego tem relação direta com a crise econômica. De um lado, são gerados pelo desaquecimento e, de outro, acentuam as dificuldades de retomada do crescimento. O resultado, aponta André Salata, sociólogo e professor da Escola de Humanidades da PUCRS, é o aprofundamento da desigualdade social.

Ele explica que a taxa de desocupação em patamares elevados afeta em cheio as camadas mais pobres da população. No 7º boletim da desigualdade, assinado por Salata, é empregada metodologia

do Banco Mundial que estabelece parâmetros para ampliação da extrema pobreza (pessoas que sobrevivem com menos de US\$ 1,90 diários, ou o equivalente a R\$ 9,67), nas 26 regiões metropolitanas que concentram 40% da população brasileira (80 milhões de pessoas).

Entre as constatações do levantamento, em 2020, no conjunto das metrópoles, 4,2% das pessoas estavam abaixo da linha de miséria. Se não fossem aplicadas medidas como o auxílio emergencial, concedido pelo governo federal, a taxa chegaria a 10,3% desse

universo de pessoas em agosto de 2020, diz o sociólogo.

Passado o pico das restrições de mobilidade com a pandemia, no entanto, o estudo também indica que, no 4º trimestre de 2021, 23,6% dos moradores dessas metrópoles viviam em domicílios cuja renda média per capita do trabalho era de até um quarto (R\$ 303) do salário mínimo (R\$ 1.212).

No auge da pandemia o percentual chegou a 29,7%. Significa que, hoje, 19,7 milhões de pessoas residem em casas com essas características.

Na América Latina

O economista e professor da Escola de Negócios da PUCRS Ely José Mattos chama a atenção para o fato de que, mesmo com os efeitos da pandemia, sentidos em todo o planeta, o Brasil ainda apresentava, no fechamento de 2021, mercado de trabalho mais corroído do que o de seus pares na América Latina (*ver quadro*).

Nesse contexto, a taxa de desocupação, por aqui (11,1%), ficava acima de economias fragilizadas, há bastante tempo, como é o caso da Bolívia, cujo índice era de 5%, e da Argentina, com 9,3%, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O desempenho nacional, salienta Mattos, também está longe do ideal quando o critério é a média dos membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de 6%.

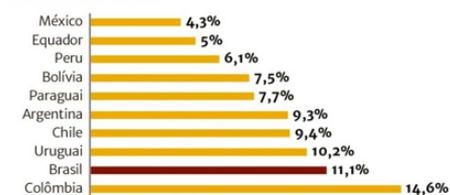
Ele explica que sempre haverá algum percentual de desemprego, independentemente do desempenho do produto interno bruto (PIB) de uma nação.

É o que se denomina, diz Mattos, de desemprego friccional. Ou seja, aquelas pessoas que estão fora do mercado por razões que não se relacionam com a oferta e a demanda de vagas e fazem com que, em economias desenvolvidas, como as do Japão e da Suíça, por exemplo, haja índices de 2% e 2,5%, respectivamente.

– Não há número mágico que indique níveis perigosos, mas alguns dados,

quando tomam corpo, demonstram uma patologia, um sinal de que a economia não vai bem. Quando há uma sociedade com desemprego acima do nível friccional, significa que não consegue alocar essas pessoas que deixam de produzir e gerar crescimento e consumo no país. É o que vivemos, hoje, no Brasil, onde a taxa pode ser considerada muito elevada e bastante permanente – avalia Mattos.

TAXA DE DESOCUPAÇÃO NAS PRINCIPAIS ECONOMIAS DA AMÉRICA LATINA



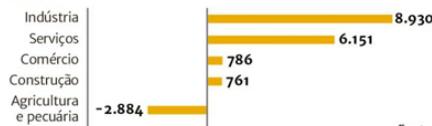
Fonte: IBGE e OIT

Setores

Nos últimos 12 meses, indústria puxou a criação de vagas no RS

MAIORES SALDOS DE POSTOS CRIADOS

No RS



Fonte: IBGE

Veículo: Impreso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Economia Pagina: 10 e 11